

05 de Novembro de 2018

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira



CURSOS ADIMB 2º SEMESTRE DE 2018

O programa de aperfeiçoamento profissional oferecido pela ADIMB oferece aos profissionais do setor o que há de mais inovador no conhecimento e técnicas em exploração mineral, de avaliação econômica de depósitos minerais, de normas e regulamentação.

Coordenados e ministrados por instrutores de prestígio nacional e internacional, o programa de cursos da ADIMB para o segundo semestre de 2018 proporciona oportunidade única de aprendizado e intercâmbio de experiências e informações, além de capacitar e atualizar os participantes em temas essenciais para o desempenho de suas atividades profissionais.

A organização e oferta de cursos pela ADIMB é uma ação estratégica que se encaixa em suas missões estatutárias, que é proporcionar e estimular a interação entre o setor empresarial, o meio acadêmico e o poder público, contribuindo para a construção de um setor mineral fundamentado nas boas práticas, dos pontos de vista técnico, ambiental e social.

Veja abaixo os cursos que oferecidos para os meses de novembro e dezembro de 2018.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS DE MINERAÇÃO

Augusto Ferreira Mendonça (Consultor)

19 a 23 de novembro de 2018

MÉTODOS GEOFÍSICOS APLICADOS À PROSPECÇÃO MINERAL

Marcelo Leão (UFG) e Aline Tavares (UFMG)

26 a 30 de novembro de 2018

DECLARAÇÃO DE RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO, RECURSOS E RESERVAS MINERAIS

Celeste Queiroz (Vale), Thomas Brenner (Nexa) e Glaucia Cuchierato (Consultora)

03 a 05 de dezembro de 2018

Para mais informações e inscrições, visite a página “CURSOS” em nosso website:

www.adimb.org.br/cursos

SENADO APROVA INDICAÇÃO DE VICTOR BICCA PARA DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

Com 35 votos favoráveis, sete votos contrários e uma abstenção, o Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (31) a indicação de Victor Hugo FronerBicca para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM)

Com 35 votos favoráveis, sete votos contrários e uma abstenção, o Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (31) a indicação de Victor Hugo FronerBicca para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM). A aprovação da indicação, relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), será comunicada à Presidência da República.

Bicca é formado em Geologia pela Universidade de Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul. Ele tem especialização em Geociências pela Universidade de Campinas (Unicamp), em São Paulo, e em Educação e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc). Desde 2016, ocupa o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Na tarde do dia 31, em sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Bicca defendeu uma nova regulamentação para o garimpo. A legislação atual define a atividade como trabalho individual para a extração de minérios a partir de aparelhos manuais ou máquinas portáteis. Mas, segundo o geólogo, não é o que acontece em muitas regiões do país.

Ele pediu ainda que o Congresso aprove a regulamentação para a exploração mineral em terras indígenas. Ele anunciou que a ANM deve implantar um sistema eletrônico para a tramitação de processos.

— Vamos regulamentar o processo de leilão eletrônico. Estamos em processo de fechamento de acordo com a Receita Federal. O processo vai ser, eficiente, rápido, transparente e impessoal. Há expectativa de zerar o passivo das áreas em disponibilidade — afirmou na sabatina.

Servidores do DNPM estiveram presentes à reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura que contou ainda com a presença do ex-diretor-geral Marcelo Ribeiro Tunes.

Fonte: Agência Senado

Data: 05/11/2018

APROVADOS TRÊS DIRETORES PARA A AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (17) as indicações de Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho, Tasso Mendonça Júnior e Eduardo Araújo de Souza Leão aos cargos de diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM). A aprovação será comunicada à Presidência da República.

Os prazos dos mandatos dos indicados são diferentes: o de Mendonça Júnior será por três anos; o de Souza Leão, por quatro anos; e o de Tomás Filho, por dois anos.

Criada no fim de 2017, a ANM assumiu as funções exercidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia e responsável pela outorga e fiscalização das concessões minerais no país.

A indicação de Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho foi relatada pelo senador Valdir Raupp (MDB-RO). O senador Wilder Moraes (DEM-GO) foi o relator da indicação de Tasso Mendonça

Júnior e o senador Eduardo Braga (MDB-AM) relatou a indicação de Eduardo Araújo de Souza Leão. As indicações já haviam sido aprovadas pela manhã na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), após sabatina.

Indicados

Advogado especialista em direito empresarial, Tomás Antônio Albuquerque de Paula Pessoa Filho foi deputado estadual pelo Ceará, de 2007 a 2011. Ex-assessor institucional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) do Ceará e ex-consultor jurídico da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará, ele também foi nomeado para compor a Comissão Especial de Mediação e Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Ceará.

Geólogo concursado da Petrobras, onde permaneceu até 1999, Tasso Mendonça Júnior exerceu mais tarde o cargo de diretor de Outorga e Cadastro Mineiro no DNPM. Desde 2015 exerce o cargo de superintendente de Mineração na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Governo do Estado de Goiás. Tem ainda participado e apresentado trabalhos em diversos congressos e simpósios brasileiros na área de mineração e geologia e é autor de publicações técnicas na área de geologia.

Eduardo Araújo de Souza Leão exerce atualmente o cargo de assessor na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, depois de ter sido titular da pasta. Mestre em geologia, com pós-graduações em gestão empresarial, gestão de recursos hídricos e gestão ambiental industrial, também já atuou como gerente de Meio Ambiente da mineradora Vale S/A, e ainda como gerente de Meio Ambiente e Agricultura Familiar da Biopalma da Amazônia, entre outras funções.

Fonte: Agência Senado

Data: 17/10/2018



MARIA JOSÉ SALUM É NOMEADA SECRETÁRIA DE MINERAÇÃO NO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

O governo federal nomeou Maria José Gazzi Salum para exercer o cargo de secretária de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, segundo despacho no Diário Oficial da União desta terça-feira.

A nomeação, assinada pelo ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, vem na sequência da exoneração do secretário Vicente Lôbo, que ocupava o cargo desde meados de 2016, quando Michel Temer assumiu a Presidência da República.

A Reuters publicou na semana passada que Lôbo deixaria o cargo e que Maria José deveria ser anunciada em breve para a secretaria.

A nova secretária de Mineração já era diretora no Ministério de Minas e Energia, no Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração.

Fonte: Reuters

Autor: Luciano Costa

Data: 30/10/2018



CPRM APRESENTA NOVAS POTENCIALIDADES MINERAIS DO NE DO PAÍS

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) apresentou nesta terça-feira, dia 23/10, o resultado de estudos geológicos que ampliam o potencial mineral dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Mais de 50 pessoas acompanharam a apresentação das Notas Explicativas das Folhas Buíque-PE, Lajes-RN e Santa Cruz-RN, mapeadas na escala 1:100.000, do Informe Geoquímico da Bacia do Araripe, do Atlas de Rochas Ornamentais dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e do relatório do Projeto Campina Grande, que aponta alternativas para o abastecimento por águas subterrâneas.

“Além de ampliar o conhecimento geológico, nosso objetivo é apontar novas áreas com potencial para pesquisa mineral, que visam alavancar a economia e atrair novos investidores”, afirmou o diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM, José Leonardo Silva Andriotti, durante a abertura do evento. Também Participaram da mesa, o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (CREA-PE), Evandro Alencar, e o Superintendente Regional de Recife da CPRM, Sérgio Maurício Coutinho Corrêa de Oliveira. Os chefes de Departamento da CPRM Lúcia Travassos e Marcelo Almeida e a gerente de Geologia e Recursos Minerais, Maria de Fátima Lyra de Brito, também acompanharam o lançamento no Auditório do CREA-PE.

Pernambuco foi um dos estados beneficiados com a identificação de novas potencialidades minerais. Com o mapeamento geológico da Folha Buíque, localizada no semiárido pernambucano, a CPRM concluiu 60% do mapeamento em escala 1:100 000 de todo o Estado. Conforme a geóloga Maria Angélica Batista Lima, abrem-se perspectivas em área cuja economia é baseada na agricultura, mas é promissora para depósitos de minerais metálicos. Na região, foram cadastradas 41 ocorrências consideradas inéditas. Entre elas, importantes anomalias de terras raras, enriquecidos notadamente em tório, matéria-prima de grande relevância econômica e estratégica, cuja produção mundial hoje se concentra 97% na República Popular da China.

Responsável por 95% do mercado nacional de gipsita, utilizada na fabricação de gesso, a Bacia do Araripe, localizada nos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí, foi alvo de levantamento geoquímico. Segundo o geólogo Geysson de Almeida Lages, a presença de substâncias minerais importantes tais como a celestita (sulfato de estrôncio) e sulfetos de zinco, chumbo e cobre foram evidenciadas. Dentre os resultados, há indícios de novas ocorrências na parte norte-nordeste e sul da bacia, em cidades como Santana do Cariri, Crato e Barbalha. No total, 13 zonas anômalas de estrôncio ($\pm$ Bário), cobre-chumbo-zinco e fósforo foram identificadas. “Nosso objetivo foi identificar outras substâncias minerais que possam fomentar e incrementar a cadeia produtiva de exploração da gipsita”, relatou.

No Rio Grande do Norte foi realizado mapeamento geológico nas Folhas Lajes e Santa Cruz, localizadas na Província Mineral do Seridó, de forte vocação mineira. Conforme o geólogo Alan Pereira Costa, na Folha Lajes foram cadastrados 315 pontos de recursos minerais, abrangendo 32 substâncias minerais, como tungstênio, ouro, ferro, tântalo, nióbio e gemas preciosas. Na Folha Santa Cruz, o geólogo André Luiz Carneiro da Cunha cita a presença de 693 ocorrências minerais, com destaque para ouro, gemas (água marinha, granada), minerais industriais (tantálita/ columbita) e de uso na construção civil (mármore, areia), além da delimitação de novas áreas potenciais para prospecção de scheelita, gemas e ouro.

Já o Atlas de Rochas Ornamentais é o resultado da avaliação de uma área de mais de 235.000 km² nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com expressivos depósitos de rochas ornamentais. O geólogo Vanildo Almeida Mendes responsável pelo projeto relatou que foram catalogados 85 materiais com base no forte apelo comercial e expectativa de valorização no mercado externo, com aplicação garantida na condição de revestimento de interiores e exteriores na construção civil. Deste total, 14 não têm registro regular precedente, representando possibilidade para novos empreendimentos mineiros.

A CPRM apresentou ainda trabalho de avaliação de alternativas de abastecimento hídrico a partir de aquíferos em rochas sedimentares e fraturadas na Região Metropolitana de Campina Grande e na Bacia Sedimentar de Boa Vista. “Recebemos a demanda do governo federal para atuar de forma emergencial frente ao iminente colapso no fornecimento de água do açude Epitácio Pessoa para a cidade de Campina Grande”, explicou o geólogo Geysson de Almeida Lages. Os estudos hidrogeológicos, geológico-estruturais e geofísicos foram amplos identificando qualidade da água, das rochas, vazão, entre outras informações relevantes.

Fonte: CPRM

Autora: Janis Morais

Data: 26/10/2018



DEMANDA CHINESA POR MINÉRIO DE ALTA QUALIDADE ELEVA PRÊMIOS PAGOS À VALE

*A China vem aumentando fortemente o consumo da commodity de maior teor contido,
o que favorece tanto a mineradora brasileira quanto sua maior concorrente, a
australiana Rio Tinto*

O excesso de oferta global de minério de ferro não tem sido um empecilho para que grandes players consigam margens mais altas pelo produto de maior qualidade. Impulsionadas pela demanda chinesa, a brasileira Vale e a anglo-australiana Rio Tinto conseguem obter prêmios até 40% acima da média do mercado.

“A busca da China pelo controle de emissões está bastante em evidência. Com isso, o prêmio para minério acima da referência do mercado de 62% está alto”, explica o analista de siderurgia e mineração da Tendências Consultoria, Felipe Beraldi.

Neste cenário, os dois maiores players globais, a Vale e a Rio Tinto, estão se beneficiando dos prêmios obtidos pelo produto da região de Carajás (PA) e Pilbara (Austrália), respectivamente.

Isso porque o minério de ferro de maior qualidade reduz a necessidade do coque – altamente poluente – na produção de aço. Beraldi estima que, nos últimos três anos, a China tenha fechado cerca de 150 milhões de toneladas de capacidade de aço obsoleta.

A Vale informa que a participação global da companhia nas vendas totais de produtos premium – que incluem blendados, pelotas, Carajás, pellet feed e sinterfeed de baixa alumina – aumentou para 77% no segundo trimestre de 2018, contra 68% um ano antes. “Devido à qualidade do minério de ferro produzido em Carajás, em média 65%, a Vale alcançou no segundo trimestre deste ano um prêmio recorde de US\$ 7,1 por tonelada”, disse a empresa em nota ao DCI. “Para se ter uma ideia, o minério de ferro de Carajás é negociado por um valor 38% acima da média do mercado”, salientou a companhia.

A mineradora destaca que, enquanto o minério mais negociado no mercado (com teor 62%) está cotado em aproximadamente US\$ 70 a tonelada, o produto 65% de Carajás tem obtido ganhos bem mais elevados. Atualmente, o minério da Vale é negociado a cerca de US\$ 96,40 por tonelada.

Oferta global

O analista da Tendências lembra que, atualmente, a oferta global de minério de ferro ainda passa por um processo de ramp up, puxado pela Vale, em Carajás, e pela Rio Tinto e BHP Billiton na região de Pilbara, na Austrália.

“A demanda por aço no mundo está desacelerando por conta da China, que está fortalecendo suas metas de redução das emissões. Por outro lado, estímulos do governo chinês à infraestrutura e a própria política antipoluição, que pede por minério de melhor qualidade, tem equilibrado os preços do insumo de maior teor contido”, esclarece Beraldi.

Na semana passada, a gigante Rio Tinto, maior concorrente da Vale no mundo, anunciou um investimento conjunto com a Mitsui e a Nippon Steel & Sumitomo Metal de US\$ 1,55 bilhão (sendo US\$ 820 milhões da australiana) para “sustentar a capacidade de produção de dois projetos que fazem parte da joint venture na região de Pilbara.” Segundo comunicado da Rio Tinto, o aporte reforça a marca “PilbaraBlend”, minério de ferro de alto teor contido e que tem como principal destino o mercado chinês.

Neste cenário acirrado de competição, a Vale destaca que as minas de Carajás e do Complexo S11D Eliezer Batista, em Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará, são as responsáveis pela produção de minério de ferro com alto teor (65,5%) e baixa concentração de sílica da companhia.

De acordo com a Vale, o material é adicionado aos finos dos sistemas Sul e Sudeste, cuja concentração de ferro é menor, gerando um produto novo, o “BrazilianBlend Fines” (BRBF), lançado pela empresa em 2015, que é misturado e vendido no Terminal Marítimo de TelukRubiah (Malásia) da empresa e em 16 portos chineses, destaca a mineradora.

“Hoje, temos um quadro confortável de oferta no mundo”, pontua Beraldi. No entanto, ele salienta que, ao menos no curto prazo, não deve haver uma queda significativa dos preços do minério de ferro. “Não enxergamos o insumo recuar a menos de US\$ 60 a tonelada neste e no próximo ano, mesmo com o mercado global bem abastecido.

“Para 2018, a Tendências projeta preço médio da tonelada de minério de ferro em US\$ 64,5, queda de 8,6% sobre o ano passado. Em 2019, a expectativa é que a cotação média recue um pouco mais, para cerca de US\$ 62,6 a tonelada.

Fonte: DCI

Autora: Juliana Estigarribia

Data: 11/10/2018



CONSELHO DA MINERADORA NEXA APROVA INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE US\$392 MI EM MT

O Conselho de Administração da mineradora brasileira NexaResources aprovou o início da construção do projeto Aripuanã, em Mato Grosso, de extração e beneficiamento de concentrados de zinco, cobre e chumbo, disse a companhia em comunicado ao mercado.

O projeto, com investimentos previstos de 392 milhões de dólares, deverá entrar em operação em 2021, informou a companhia no comunicado, publicado na noite de sexta-feira.

Em entrevista à Reuters em maio, o presidente da empresa, Tito Martins, disse que previa o início das obras em outubro.

A produção média equivalente do Aripuanã de zinco é estimada em 120 mil toneladas por ano, por 13 anos, considerando apenas as reservas minerais estimadas.

A NexaResources, listada nas bolsas de Nova York e Toronto, destacou que tem participação de 70 por cento no projeto Aripuanã por meio de suas subsidiárias.

Fonte: Reuters

Autora: Marta Nogueira

Data: 22/10/2018



PRESIDENTE DA VALE DIZ QUE SAMARCO DEVE RETOMAR ATIVIDADES EM 2020

Operação da mineradora foi interrompida após rompimento de barragem em 2015, causando uma das maiores tragédias ambientais da história recente do País

A operação da mineradora Samarco deverá ser reiniciada no início de 2020, segundo o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, que participou nesta terça-feira, 16, do evento FT Commodities, no Rio de Janeiro. Inicialmente, a empresa deve funcionar com um terço de sua capacidade de produção. A partir daí, irá incrementar a capacidade "lentamente", afirmou.

"Falta licença de operação (para Samarco), mas todos os indícios são de que não existirão problemas e, no início de 2020, será possível reiniciar a operação", completou.

O executivo informou ainda que a empresa consumiu R\$ 5,3 bilhões em indenização e que esse valor não representa nem a metade do que deve ser gasto para compensar as pessoas prejudicadas pelo acidente provocado pela mineradora.

"A percepção por causa do acidente da Samarco foi muito ruim. Mas o que podemos fazer? Todos lamentamos muitíssimo, mas temos que seguir em frente. Nossa fundação tem o objetivo de indenizar os afetados pelo acidente. É importante enfatizar que foi uma opção, porque, se quiséssemos podíamos deixar por conta do judiciário, que é lento. Mas fizemos o contrário", afirmou o presidente da Vale.

Ele ainda acrescentou que negocia com a sócia BHP a composição da Samarco para retomar a operação. "É muito mais importante ter esse recomeço do que saber quem vai administrar a empresa", complementou.

Durante o evento, o presidente da Vale ainda informou que o contrato firmado no ano passado para que permaneça no cargo se encerra no ano que vem, mas que há a possibilidade de renová-lo.

Fonte: Estadão

Autoras: Fernanda Nunes e Renata Batista

Data: 16/10/2018



MINERADORA TERÁ DE APRESENTAR PLANO PARA FECHAR MINA NA SERRA DO CURRAL, DIZ CMBH

Segundo legislativo municipal, Empabra segue com atividades de mineração suspensa e foi multada

A Empresa de Mineração Pau Branco (Empabra) no bairro Taquaril, na Região Leste de Belo Horizonte, terá de apresentar um plano para fechar a Mina Curumi, na Serra do Curral. A Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) informou nesta terça-feira (23) que a empresa já foi notificada e as atividades de mineração seguem suspensas.

Conforme a CMBH, onde ocorre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Mineração, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável (Semad) havia dado um prazo a Empabra para apresentar defesa sobre as irregularidades na mineração, mas a empresa não conseguiu se justificar.

Em julho, a Semad suspendeu as atividades da Empabra. A mineradora não havia cumprido quatro determinações do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2017 por meio da Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram) Central Metropolitana.

Conforme a Semad na época, a Empabra também não atendeu três obrigações socioeconômicas e uma relacionada à instalação de sistema de limpeza de rodas de caminhões usados no transporte de minério.

Dados do projeto de recuperação ambiental da área apresentados pela mineradora à Semad e à Prefeitura de Belo Horizonte estariam divergentes. A Embrapa informou ao estado uma quantidade de extração de minério quatro vezes maior que o informado ao município o que equivale a 425 piscinas olímpicas a mais.

A mineradora também deveria ter apresentado a retirada de material em locais específicos. Uma grande movimentação de solo ainda foi observada em locais não previstos, inclusive fora da área autorizada para mineração. Além da paralisação, a empresa foi multada em R\$ 50,4 mil.

Conforme a Câmara de BH, atualmente, a Empabra está autorizada apenas a dar continuidade às ações previstas para a recuperação do meio ambiente.

Fonte: G1

Data: 23/10/2018



VIVA AS ALTAS DO DÓLAR E DO MINÉRIO: O ESPETACULAR 2018 DA VALE

Mineradora se beneficia da alta das cotações e de uma crescente demanda chinesa por minério de melhor qualidade, que atenda regras ambientais mais rigorosas

A mineradora Vale vem surfando numa maré muito favorável neste ano com a elevação do dólar ante o real e o aumento do preço do minério de ferro. A divulgação do seu balanço referente ao terceiro trimestre do ano, após o fechamento do mercado hoje, deve confirmar a tendência positiva.

O EBITDA (ganhos antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da maior produtora de minério de ferro do mundo deve ter subido 0,8% de julho a setembro deste ano contra o mesmo intervalo de 2017, para 4,23 bilhões de dólares, e as receitas devem ter avançado 4,1%, para 9,4 bilhões de dólares, segundo projeções da corretora XP. Nesse intervalo, a moeda americana ganhou 4,5%, atingindo 4,05 reais, e o minério subiu 5,5%, para 68 dólares a tonelada.

O esperado aumento nos ganhos é resultado da estratégia adotada pela Vale desde o início de 2018 de acelerar a extração de minério com maior teor de ferro, vindo das suas minas em Carajás, no estado do Pará. Dessa maneira, a companhia conseguiu escapar da queda dos preços do minério de qualidade inferior. As siderúrgicas da China, principal destino do minério exportado pela Vale, têm aumentado as compras do material de melhor qualidade pela sua eficiência e menor emissão de poluentes. O governo chinês recentemente apertou a legislação ambiental no país e tem intensificado as inspeções das usinas.

“A demanda das siderúrgicas chinesas pelo minério de maior qualidade deve continuar em alta no próximo ano”, Luiz Francisco Caetano, analista da corretora Planner, escreveu em relatório a clientes. Para garantir o abastecimento aos clientes, a Vale tem aumentado a sua produção de minério de ferro. No terceiro trimestre do ano, expandiu em 8,5% a extração do material, para 105 milhões de toneladas. Já a produção de outros produtos (carvão, níquel e cobre) foi reduzida por conta da queda dos preços.

Fonte: Exame

Data: 24/10/2018



CPRM APRESENTA NO CANADÁ PROJETOS DE MINERAÇÃO QUE SERÃO LICITADOS

As potencialidades minerais do Brasil, com ênfase nas áreas em processo de licitação de direitos minerários do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), foram apresentadas para investidores internacionais na conferência Mines and Money Americas, realizada em Toronto, Canadá. O diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM, José Leonardo Andriotti, foi escolhido para expor detalhes dos projetos prioritários da área de mineração dentro do programa PPI do governo federal. A conferência, uma das mais importantes do setor, se encerrou na quarta-feira, dia 17/10, após três dias de painéis, apresentações e reuniões individuais.

O encontro reuniu analistas do setor e CEOs de empresas do setor de mineração. Pelo Brasil, também estiveram participando do encontro, representantes da Apex Brasil e da SPPI/Presidência da República. Pela CPRM, o chefe da Divisão de Economia Mineral e Geologia Exploratória, Ruben Sardou. As oportunidades de investimento em vários países da América do Sul foram destaque no primeiro dia da conferência, incluindo a participação da CPRM. “Apresentamos as potencialidades minerais do Brasil e as áreas que estão sendo disponibilizadas no PPI neste ano e nos próximos”, destacou Andriotti. O evento disponibilizou aos participantes aplicativo para agendamento de reuniões com investidores. No total, 13 empresas que demonstraram interesse nas áreas foram convidadas e visitaram o estande da CPRM.

No último dia do evento, o diretor Andriotti foi convidado pelo Consulado Brasileiro em Toronto para participar de três reuniões de trabalho. Uma delas, com a empresa Vale Canadá, que apresentou seus projetos naquele país e intenções de investimentos no Brasil. Em seguida, Andriotti e representantes do Consulado receberam a empresa BrazilPotash, que relatou sobre o projeto que

desenvolve no Brasil para abertura de uma mina de potássio no Amazonas, na concessão que possui no município de Autazes. Na terceira reunião, foi discutida a possibilidade de memorandos de entendimentos entre a CPRM e a Universidade de Toronto, por meio de uma professora da universidade da área de laboratórios analíticos.

O encontro discutiu ainda questões geopolíticas como o avanço chinês sobre o mercado e o impacto das novas tecnologias no setor mineral. No painel sobre mineração na América Latina, foram feitas comparações entre países como Chile, Peru, México e Brasil. A burocracia no Brasil foi citada pelos conferencistas como um dos entraves para os investimentos no país.

De acordo com Andriotti, a conferência foi uma boa oportunidade para ampliar o conhecimento de representantes do setor mineral estrangeiro sobre as potencialidades do Brasil. “Foi uma boa participação. A CPRM apresentou as suas áreas. Embora o evento tenha reunido também investidores interessados em ativos em estágio mais avançados, foi muito válida a participação”, avaliou.

Fonte: CPRM

Autora: Janis Morais

Data: 24/10/2018



USIMINAS QUER VENDER A MUSA EM 2019

Siderúrgica vai começar a preparar negócio após as eleições e espera encontrar um comprador para fatia em ativo de mineração no 1º semestre

A venda da fatia da Usiminas na Musa, sua unidade de mineração, deverá decolar após o desfecho das eleições presidenciais no Brasil. Segundo o presidente da siderúrgica, Sérgio Leite, a expectativa é de que o processo seja finalizado no primeiro semestre de 2019. A empresa contratou o BTG Pactual como assessor e já interage com potenciais interessados. A japonesa Sumitomo, que já detém 30% da Musa, é apontada como forte candidata a ampliar a participação na companhia.

“Há uma preocupação, fora do Brasil, sobre questões políticas e econômicas, e esperamos conseguir concluir a operação com maior clareza sobre o futuro do Brasil e com um ambiente mais favorável da economia, para o destravar os negócios”, disse o presidente da Usiminas, ao Estadão/Broadcast, lembrando que a Usiminas quer focar exclusivamente na produção de aço.

O executivo afirmou que o interesse é vender toda a fatia na mineradora. Se decidisse manter a operação, a siderúrgica teria de tomar a decisão de aumentar a capacidade da mina. A previsão é de que a capacidade de produção de minério de ferro da companhia irá se esgotar entre 2024 e 2025 e uma atitude sobre novos investimentos teria de ser tomada até 2020. O projeto Compactos, há anos na mesa da companhia, prevê elevar a capacidade da empresa para 29 milhões de toneladas.

O presidente da Usiminas disse esperar que o próximo governo priorize a área industrial. “Nossa expectativa é de que a indústria possa ser protagonista do desenvolvimento. Ela já representou 25% no PIB brasileiro e hoje representa 10%. Não existe uma grande economia sem indústria forte”, afirmou Leite. O executivo também preside o Instituto Aço Brasil (IABr), que declarou apoio ao candidato Jair Bolsonaro (PSL).

Hoje, a Usiminas tem elevada capacidade ociosa e espaço para atender o mercado por um período de elevado crescimento econômico sem precisar investir. “Com nossa capacidade ociosa podemos dobrar o volume produzido hoje”, disse.

A Usiminas superou recentemente uma longa disputa entre seus principais acionistas – a ítalo-argentina Ternium/Techint e a japonesa Nippon Steel. A briga, que se estendeu por anos e envolveu troca de acusações, contribuiu para desestabilizar o negócio em meio à crise econômica brasileira.

Hoje, a Usiminas tem alguns projetos em sua pauta estratégica, mas nenhuma decisão deverá ser tomada no curto prazo. Entre os aportes no horizonte estão a reforma do alto-forno 3 da usina em Ipatinga (MG), a reativação da atividade primária em Cubatão (SP) e a instalação de uma nova linha de galvanização na sede mineira.

Resultado. O lucro atribuível aos acionistas da Usiminas no terceiro trimestre, de R\$ 263,9 milhões, veio 58% acima da média das estimativas de seis instituições financeiras consultadas pelo Prévias Broadcast (Bradesco BBI, Itaú BBA, JPMorgan, Morgan Stanley, Santander e XP Investimentos).

A geração de caixa, medida pelo Ebitda ajustado – lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização – atingiu a marca de R\$ 703 milhões, ficando 10% acima das expectativas médias do mercado.

Fonte: Estadão

Autor: Fernanda Guimarães

Data: 27/10/2018



ESTUDO DE VIABILIDADE CONFIRMA PROJETO DE BAIXO CUSTO E LONGA VIDA ÚTIL NO PROJETO ARAGUAIA DE NÍQUEL

A Horizonte MineralsPlc, empresa de desenvolvimento de níquel focada no Brasil, publicou nesta semana os resultados do Estudo de Viabilidade para o Projeto Araguaia de Ferro-Níquel, no Estado do Pará. O Estudo confirmou que o Araguaia é um projeto Nível 1 com grande recurso escalável de alto teor e longa vida útil da mina, e fonte de baixo custo de ferro-níquel para a indústria de aço inoxidável.

A concepção do estudo de viabilidade (FS) do Araguaia permite a futura construção de uma segunda linha de processo de calcinador rotativo e forno elétrico (RKEF), com potencial para dobrar a capacidade de produção do Araguaia, de 14.500 tpa de níquel para até 29.000 tpa de níquel.

Após um período inicial de preparação, a planta industrial atingirá a capacidade total de aproximadamente 900.000 toneladas de minério seco por ano para produzir 52.000 toneladas de ferroníquel contendo 14.500 toneladas de níquel, por ano. O produto FeNi, será transportado por rodovia para o porto de Vila do Conde, ao norte do Estado, para venda a clientes no exterior.

A vida inicial da mina de 28 anos, de acordo com o Estudo de Viabilidade, gera fluxos de caixa livres após impostos de US \$ 1,6 bilhão retornando uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de mais de 20%, com um custo de capital inicial de US \$ 443 milhões com recursos minerais suficientes para estender a vida útil da mina para além do período de 28 anos.

Espera-se que o atraente resultado econômico e técnico do estudo deem suporte ao financiamento, acordos de escoamento e futuras etapas de desenvolvimento. O cronograma rápido para a produção deve aproveitar a previsão de crescimento do mercado do níquel no curto e longo prazo.

Para o diretor Executivo e CEO da Horizonte, Jeremy Martin, o estudo representa uma etapa importante no desenvolvimento da empresa até o momento. “O FS mostra que o Araguaia pode ser um fornecedor de baixo custo de níquel na forma de ferroníquel de alto teor para a indústria de aço inoxidável. Durante os 28 anos iniciais de vida útil a operação gera fluxo de caixa após taxação de US\$ 1,6

bilhões, TIR de mais de 20% e está posicionada na porção inferior da curva global de custo. A prioridade agora é obter o financiamento do projeto e avançar nos pacotes dos trabalhos iniciais.”, explica.

O projeto foi desenhado para permitir a instalação de uma segunda planta de processamento RKEF, que dobraria a capacidade do Araguaia de produzir FeNi.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 30/10/2018



O PAPEL DOS MÉDIOS E PEQUENOS

Embora, quantitativamente, representem a maior parcela do universo empresarial da mineração brasileira, as médias e pequenas empresas de mineração ainda são pouco conhecidas e talvez por isso mesmo sejam, de certa forma, ignoradas nas políticas que são traçadas para o setor. Assim, é louvável a iniciativa do MME, com apoio do Banco Mundial, de desenvolver um estudo com o objetivo de conhecer melhor esse universo, que é rico. Afinal de contas, as médias e pequenas mineradoras são as principais responsáveis pela produção de alguns minerais não metálicos tais como areia, cascalho, brita, saibro, argilas, calcários e feldspato, mas também desempenham papel importante na produção de diamante, gemas, metais preciosos e metais de uso industrial. Elas também respondem por 25% da mão de obra formalmente contratada na mineração e se for considerada a informalidade esse percentual sobe para 40%.

De acordo com o estudo, das 8.827 minas que na época estavam registradas no então DNPM (agora ANM), as de médio e pequeno porte somavam 3.881 unidades, o que equivale a 43,9%, número que sobe para 86,3% (7.615 unidades) quando incluídas as micro. A título de informação, as minas de médio porte são aquelas que produzem de 100 mil a 1 milhão t/ano, as de pequeno porte vão de 10 mil a 100 mil t/ano, enquanto as micro são aquelas que têm uma escala de produção abaixo de 10 mil t/ano. Esses números levam em conta a produção bruta ou ROM (boca da mina).

O estudo teve uma abrangência importante, tanto do ponto de vista quantitativo quanto geográfico, porque envolveu 446 empresas espalhadas por 22 estados, produzindo substâncias variadas, o que significa que seu diagnóstico e conclusões devem ser olhados com atenção, principalmente no sentido de se procurar estabelecer diretrizes políticas visando a um maior desenvolvimento da atividade.

Um dos pontos de destaque do diagnóstico é que, com algumas exceções, tais empresas têm carência de maior desenvolvimento do ponto de vista técnico e empresarial. Por exemplo, são poucas as empresas que desenvolvem pesquisas geológicas para maior conhecimento do depósito mineral, o que faz com que a lavra seja realizada de forma empírica, muitas vezes não possibilitando o melhor aproveitamento do depósito. O mesmo ocorre na parte de beneficiamento do minério, que nem sempre consegue as melhores taxas de recuperação. Há também deficiências logísticas para escoamento da produção e a comercialização dos produtos em vários casos não remunera adequadamente.

Consideramos que essas empresas, pelo papel que desempenham na mineração do País, merecem maior atenção, principalmente agora, que se vislumbra o crescimento da demanda de alguns bens minerais que podem ser (alguns já o são) produzidos pelas médias e pequenas empresas. É o caso, por exemplo, dos minerais contidos em pegmatitos (como lítio e espodumênio) e dos agrominerais. Com o advento do carro elétrico prevê-se que a demanda por lítio aumente vertiginosamente e com o crescimento da agricultura a perspectiva é que técnicas como a rochagem se amplie consideravelmente, aumentando a demanda.

Para ampliar ou melhorar sua atuação, essas empresas precisam contar com o apoio de instituições que possam lhe possibilitar o acesso a técnicas e tecnologias e também a mecanismos de financiamento. Neste último caso, normalmente as médias e pequenas empresas encontram muitos obstáculos, porque as instituições financeiras exigem garantias que na maioria das vezes as empresas não podem oferecer. Agora, com as mudanças recentemente introduzidas na legislação mineral, abre-se a possibilidade de que as jazidas possam ser dadas como garantia de empréstimos para financiar a atividade de produção mineral. Isto pode contribuir positivamente para que esse obstáculo possa ser gradativamente vencido. Evidentemente que, para isto, elas terão que utilizar técnicas de geologia para melhor conhecer e dimensionar os seus depósitos que poderão ser dados como garantia. Em resumo, o País precisa conhecer melhor o universo da média e pequena mineração, porque o seu papel no desenvolvimento do setor, que já é importante, poderá ser ainda maior.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Ano XXXV – Setembro 2018 nº 384



PRODUÇÃO DE OURO DA YAMANA FOI DE 280 MIL ONÇAS NO TRIMESTRE

A produção de onças de ouro equivalentes (GEO, na sigla em inglês) nas minas da Yamana no terceiro trimestre foi de 279.464 onças, incluindo 246.788 onças de ouro e 2,55 milhões de onças de prata. A empresa também produziu 28,6 milhões de libras de cobre na mina Chapada, mostra o relatório trimestral divulgado hoje (26)

A produção total de ouro da Yamana, incluindo participações em outras minas, foi de 268.842 onças. No Brasil, a produção da mina Jacobina cresceu de 34.838, no ano passado, para 35.368 no trimestre encerrado em setembro, o que mostra uma alta de 1,6%. Na mina Chapada, a produção trimestral de ouro recuou de 38.782 para 27.080 onças. Nessa mesma mina, a produção de cobre caiu de 37,1 milhões para 28,6 milhões de libras.

"Com base no forte desempenho da Chapada até o momento e na previsão de melhorias no quarto trimestre de 2018, a empresa está aumentando a orientação anual para a produção de cobre para aproximadamente 125 milhões de libras, em comparação com os 120 milhões inicialmente orientados", diz a nota, apesar da perda no trimestre.

A empresa está aumentando a meta de produção de 900 mil para 920 mil onças de ouro, para as minas próprias, com base na forte produção nos primeiros nove meses de 2018. "Cerro Moro, que teve seu primeiro trimestre a produção comercial no terceiro trimestre de 2018, proporcionou contribuições significativas para o desempenho global com taxas de produção já nos níveis necessários para atender às diretrizes tanto para 2018 quanto para 2019", diz mineradora.

A meta de produção de prata no ano inteiro é de 7,55 milhões de onças em comparação com a orientação original de 8,15 milhões de onças. A redução da produção de prata é atribuída à produção inferior à planejada em El Peñón.

"Com uma produção de ouro acima dos planejados nos primeiros nove meses de 2018, a produção de GEO para 2018 deverá exceder a meta inicial de 1,013 milhão de onças, já que o aumento da produção de ouro deve mais do que compensar a produção de prata abaixo do esperado", declara a empresa.

Os custos operacionais totais (AISC, em inglês) do terceiro trimestre para as minas próprias, considerando os subprodutos, foram de US\$ 739 por GEO, enquanto que o custo total do produto vendido chegou a US\$ 1.018 por GEO.

Prejuízo

A Yamana Gold também registrou um prejuízo de US\$ 81,3 milhões com as operações no terceiro trimestre. Considerando outros itens que não a operação de minas, houve um lucro ajustado de US\$ 23,6 milhões.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 26/10/2018



NOVO RECORDE DE PRODUÇÃO: VALE ULTRAPASSA MARCA DE 100 MT DE MINÉRIO DE FERRO EM UM TRIMESTRE

O Relatório de Produção e Vendas da Vale referente ao terceiro trimestre deste ano (3T18) confirma mais um recorde de produção. Divulgado no dia 15 de outubro, o documento informa que foram produzidas 104.9 Mt de minério de ferro contra 96.8 Mt no segundo trimestre de 2018. Com relação ao terceiro trimestre de 2017, o aumento foi de 10,3%. Com isso, a Vale chega a uma média de 400 Mt por ano.

Também batemos novo recorde de vendas de minério de ferro e pelotas: 98.2 Mt neste terceiro trimestre, 4.7 Mt acima do recorde anterior, ocorrido no último trimestre do ano passado (4T17). Os produtos *premium* representaram 79% das vendas deste terceiro trimestre, acima dos 77% do 2T18, demonstrando que o portfólio superior de produtos da Vale – com alto teor de ferro – continuou a se aprimorar.

[Download do Relatório de Produção](#)

Fonte: Vale

Data: 15/10/2018



MINERAÇÃO VALE VERDE INICIA OBRAS DE INSTALAÇÃO NA CIDADE DE CRAÍBAS

Obras seguem no cronograma e MVV deve iniciar operação no final de 2020, gerando 1.500 empregos

A Mineração Vale Verde (MVV) já iniciou as obras de instalação no município de Craíbas, a 150 km da capital alagoana. Com um investimento total de cerca de R\$ 700 milhões, a empresa deve gerar, aproximadamente, 1.500 empregos diretos e indiretos.

Localizada no Projeto Serrote da Laje, inicialmente, a mineradora implantará um projeto para produção de concentrado de cobre. Em reunião no dia 10 deste mês, com o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo, Rafael Brito, o diretor de Operações da empresa, Tony Lima,

informou que, atualmente, há 153 pessoas contratadas trabalhando nas obras, e a mineradora já se configura como o maior empregador do município.

"Esse é um investimento divisor de águas para o desenvolvimento econômico do Estado, que vai gerar emprego e renda para os alagoanos, além de desenvolver economicamente a região do Agreste de Alagoas, com um faturamento anual próximo a R\$ 600 milhões. É, sem dúvidas, um dos maiores investimentos da nossa história", explicou o secretário Rafael Brito.

A Mineração Vale Verde conta com incentivos do Governo de Alagoas previstos no Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado (Prodesin), como a redução de 92% no pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na saída dos produtos industrializados.

Para o primeiro trimestre de 2019, a MVV prevê a capacitação da mão de obra e a compra de equipamentos principais da planta industrial. Já para o segundo trimestre de 2019, está previsto o detalhamento da engenharia.

Fonte: Agência Alagoas

Data: 24/10/2018



CODELCO VENDE PRODUÇÃO DE 2019 EM PRAZO RECORDE

A demanda chinesa por cobre está tão forte nos últimos meses que a mineradora chilena Codelco quase esgotou a oferta para o ano que vem, bem antes do esperado, afirmou o presidente do conselho da estatal, Juan Benavides, em uma entrevista ontem (9) em Londres

"É extremamente forte, não só na China. É extremamente forte em todo o mundo ", disse Benavides, que assumiu a presidência do conselho da Codelco em maio. A onda de compras vem depois da recente queda de 15% nos preços, em meio a temores de uma guerra comercial entre EUA e China possa limitar o crescimento global.

"A guerra comercial não é nada boa", mas "a demanda está forte, os estoques estão baixos, a oferta não está crescendo tanto quanto a demanda", afirmou. Ele vê os preços subirem acima de US\$ 3 por libra, cerca de US\$ 6.612 a tonelada. Os contratos futuros estão sendo negociados a US\$ 6.218 a tonelada na London Metal Exchange (LME), na terça-feira.

As empresas de mineração e os investidores estão cada vez mais otimistas em relação ao cobre devido à oferta limitada e à queda dos estoques globais. A Codelco fechou contratos de fornecimento de cátodo de cobre com compradores europeus com um prêmio de US\$ 98 por tonelada sobre os preços de referência, o maior desde 2015. Os prêmios para contratos assinados este ano com clientes na China e nos EUA também aumentaram de 15% a 17%.

As vendas deste ano estão "incrivelmente boas", disse o vice-presidente da Codelco, Roberto Ecclefield. "É a primeira vez que você vê a China, os EUA e os europeus muito fortes. E isso é único em muitos anos".

Em junho, o CEO Nelson Pizarro anunciou que a companhia anteciparia as negociações para os contratos de fornecimento, que tradicionalmente começam no período de outubro a novembro. A mineradora está "quase pronta" com sua campanha anual de vendas e espera terminar nas próximas semanas, disse Ecclefield.

"Nós ouvimos de nossos colegas. Em alguns lugares, eles estão dizendo: olha, não há cobre no mercado agora para atender todos os pedidos", disse Benavides. "Nós vemos os estoques muito baixos".

A Codelco planeja manter sua produção anual em 1,7 milhão de toneladas de cobre por ano, disse Benavides. Mas à medida que suas instalações centenárias envelhecem e os teores declinam, é preciso investir bilhões nos chamados projetos estruturais para modernizar as minas e evitar um declínio na produção.

A empresa tem uma lista de investimentos planejados para os próximos sete anos, totalizando quase US\$ 40 bilhões, disse Benavides.

Mas ele declarou que a mineradora tentará reduzir seus investimentos não essenciais e poderá cortar de US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão por ano desses planos de gastos. A mineradora estabeleceu um limite de gastos de capital de US\$ 4 bilhões ao ano, disse ele.

"Mais ou menos 60% dos projetos são estruturais e os outros são de atualização de máquinas, sustentabilidade, essas são as coisas que vamos rever", disse Benavides. "Projetos estruturais não estão em discussão."

Os altos preços do cobre e o aumento da demanda significam que a Codelco pode autofinanciar uma parcela maior de seus planos de investimentos, mas ainda não é suficiente, disse Benavides. A empresa provavelmente vai emitir US\$ 1 bilhão em títulos no próximo ano, disse ele.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 10/10/2018



SÃO PROMISSORAS PESQUISAS SOBRE RESERVA DE COBRE NA AMAZÔNIA, DIZ ANGLO AMERICAN

O presidente da Anglo American no Brasil, Ruben Fernandes, disse nesta terça-feira, 16, que as pesquisas sobre uma possível reserva de cobre na Amazônia são muito promissoras. Segundo ele, a empresa já fez seis perfurações e o projeto pode ser importante no futuro.

"É promissor, mas não sabemos ainda os detalhes. Temos que confirmar. Um projeto, partindo do zero, da primeira perfuração até a primeira tonelada, demora muito", disse, frisando que a Anglo acredita muito no Brasil. "(No Brasil) A Anglo já trabalha com ferro, nióbio e quem sabe com cobre no futuro", disse.

Em debate no FT Commodities Americas Summit 2018, Fernandes pediu que o novo presidente do Brasil aposte no setor de mineração e que as regras sejam mais claras. Segundo ele, a representatividade do setor pode saltar dos atuais 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para cerca de 10%. Para isso, é necessária estabilidade política para aprovar definitivamente o novo Código de Mineração e discutir a estrutura tributária para a atividade.

"Precisamos ter mais clareza das regras. Existia um código de mineração antigo, que praticamente ninguém seguia. Agora, temos o decreto. Mas ainda precisamos aprovar o código", disse, comparando o trâmite para a discussão de novas regras no Brasil e no Peru. "O Brasil demorou demais para pensar e mudar o código. Peru levou três meses. Brasil discute há anos e não define", completou.

Para Fernandes, o sistema tributário no Brasil é "muito complicado". Ele destacou que os royalties pagos no país são menores que na Austrália, mas como há a incidência de vários outros impostos, como ICMS, PIS e Cofins, no final, a carga tributária é muito maior que a de outros países. "Toda a carga tributária precisa ser pensada para que o setor possa alcançar esse tamanho de 10% do PIB", disse.

Fonte: Estado de Minas

Data: 16/10/2018



ESTUDO IDENTIFICA MAIS DE 5 MIL PROCESSOS DE EXPLORAÇÃO MINERAL ATIVOS EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA

Produzido pela ONG WWF-Brasil, documento lançado hoje foi apresentado em primeira mão ao MPF na semana passada

Levantamento da organização não-governamental WWF-Brasil divulgado nesta terça-feira (9) identificou nas terras indígenas e Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral na Amazônia 5.675 processos de exploração mineral ativos, que vão de pedidos de pesquisa a autorizações de lavra. O estudo, que analisa a sobreposição de direitos e títulos minerários em áreas protegidas na Amazônia Legal, foi apresentado pela ONG em primeira mão à Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF (4CCR) na semana passada. Participaram da apresentação o coordenador e o secretário executivo da 4CCR, respectivamente o subprocurador-geral da República Nívio de Freitas e o procurador da República Daniel Azeredo.

O estudo cruzou dados dos títulos minerários ativos da Agência Nacional de Mineração (ANM) com as poligonais das terras indígenas e das Unidades de Conservação na Amazônia Legal. O trabalho levou em conta informações constantes nas bases da ANM, da Fundação Nacional do Índio e do Ministério do Meio Ambiente. A legislação atual proíbe a exploração mineral em Terras Indígenas sem expressa autorização do Congresso e em Unidades de Conservação de proteção integral, Reservas Extrativistas ou Reservas Privadas do Patrimônio Natural. Nas demais UCs de uso sustentável do país, a exploração de minérios depende de previsão nos planos de manejo.

Apesar da proibição, o estudo mostra que há processos em diversas fases de tramitação relativos à mineração em áreas protegidas. A pesquisa traz ainda informações sobre os locais mais afetados e traça uma análise da pressão sobre as áreas e do potencial de influência que a atividade minerária pode exercer na recategorização ou extinção de unidades de conservação.

Na reunião de apresentação do relatório, o coordenador da 4CCR afirmou que o estudo da WWF-Brasil será enviado aos membros do MPF com atuação na área, principalmente à Força-Tarefa Amazônia – criada em agosto para combater a mineração ilegal na região, entre outras áreas de atuação – e ao Grupo de Trabalho Mineração, vinculado à 4CCR. “Informação é essencial para que possamos traçar estratégias de atuação eficazes para o Ministério Público Federal”, afirmou. Além da íntegra do estudo, os representantes da ONG entregaram ao MPF uma lista de conclusões e sugestões de atuação, elaboradas a partir dos dados levantados.

[Íntegra do estudo](#)

Fonte: Ministério Público Federal

Data: 09/10/2018



VALE APROVA US\$ 1,1 BILHÃO PARA EXPANDIR MINA DE COBRE SALOBO NO PARÁ

Mina Salobo começou suas operações em 2012 e produz cerca de 200 mil toneladas anualmente

A mineradora Vale informou nesta quarta-feira (24) que aprovou investimentos de US\$ 1,1 bilhão para a expansão da mina de cobre Salobo, de acordo com informação que consta do relatório de resultados do terceiro trimestre.

"Com base em nossa rigorosa estratégia de alocação de capital, acabamos de aprovar o investimento... de alto retorno", disse a empresa, que busca diversificar suas atividades diante de expectativas para uma crescente demanda pelo metal.

A mina Salobo, no Estado do Pará, começou suas operações em 2012 e produz cerca de 200 mil toneladas anualmente.

O projeto ocorre diante das expectativas de crescimento da demanda por cobre para a fabricação de baterias para carros elétricos.

Maior produtora global de minério de ferro e níquel, a Vale informou anteriormente ter intenção de elevar a participação dos metais básicos em seus resultados, especialmente o níquel e cobre.

A Vale ressaltou que receberá da Wheaton PreciousMetals um bônus variando de aproximadamente US\$ 600 a US\$ 700 milhões, depois de atingir determinadas metas de produção - anteriormente, a empresa assinou acordo para vender fluxos de ouro contido no concentrado de cobre produzido em Salobo.

A empresa afirmou ainda que aprovou investimento de manutenção de US\$ 428 milhões no projeto Gelado, que recuperará aproximadamente 10 milhões de toneladas por ano de "pellet feed" com 64,3% de teor de ferro, 2% de sílica e 1,65% de alumina proveniente de barragens de rejeito no Complexo de Carajás, reduzindo custos e despesas operacionais. O projeto do Gelado, segundo a empresa, "mostra a flexibilidade da nossa base de recursos, onde até mesmo os resíduos antigos são superiores em qualidade aos padrões da indústria".

Salobo III e Gelado iniciam suas operações no primeiro semestre de 2022 e segundo semestre de 2021, respectivamente.

Fonte: G1

Data: 24/10/2018



SERABI REDUZ META DE PRODUÇÃO DE OURO EM 2018

A mineradora Serabi Gold diminuiu a faixa de meta de produção de ouro em 2018 para 36.000 a 37.000 onças, após um atraso no processamento do grande estoque de minério de superfície. A empresa opera as minas Palito e São Chico, no Pará. A meta anterior era de 40.000 onças diz o relatório trimestral divulgado hoje (30)

O CEO Mike Hodgson disse que o nível de estoques de superfície tem sido um desafio constante durante o ano, uma vez que a empresa permaneceu com gargalos e sem capacidade para

processar o material. "Embora seja sempre bom ter estoque pronto para processamento, é frustrante não termos transformado os estoques em produção de ouro", disse ele.

No final de setembro, a empresa tinha estoques de minério de 9.000 toneladas com um teor médio de 4,4 gramas de ouro por tonelada e cerca de 30.000 toneladas de rejeitos de flotação com um teor médio de 3 g/t Au.

Como uma solução parcial, Hodgson disse que a Serabi comprou um tipo purificador (scrubber, em inglês) durante o trimestre de setembro, o que permitiria que suas pilhas de rejeitos de flotação fossem adicionadas à usina após a moagem e fornecessem alimentação adicional para a usina de cianetação em vez de estocar o material, algo que tem sido a alternativa para a maior parte deste ano.

"Este equipamento [scrubber] deve estar operacional até o final do ano, e espero que nos permita recuperar o ouro contido neste estoque em particular durante 2019", disse ele em nota divulgada hoje.

Durante o trimestre encerrado em setembro, a Serabi produziu 8.101 onças de ouro nas duas minas, uma queda de 16% em relação ao ano anterior. A produção acumulada no ano é de 26.852 onças, o que mostra uma queda de 3% na comparação anual.

A produção trimestral de minério aumentou 3,5% em relação ao ano anterior e chegou a 42.725 toneladas com 6,23 g/t Au, embora o teor médio tenha caído. No trimestre de setembro de 2017, o teor médio foi de 9,8 g/t Au.

A mineradora processou 41.405 toneladas de minério bruto extraído de Palito e de São Chico durante o trimestre, com redução de 6% na comparação anual, com um teor médio de 6,11 g/t Au, abaixo dos 7,28 g/t registrados um ano atrás.

Hodgson disse que os teores médios foram ligeiramente menores do que o planejado, o que foi o resultado de alcançar a maior taxa trimestral de desenvolvimento de minas para o período acumulado no ano.

A Serabi disse que completou 2.814 metros de desenvolvimento horizontal nas minas durante o trimestre, valor que foi o maior trimestral em 2018. "As taxas melhoradas de desenvolvimento foram particularmente notáveis no caso Palito, onde introduzimos 'mini-scoops e mini-jumbos de nova geração' que permitem atingir as mesmas taxas de avanço, mas com uma área seccional significativamente menor, reduzindo a perfuração, jateamento e manipulação de rochas, resultando em maior eficiência", disse ele.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 30/10/2018



IBRAM APRESENTA SETOR MINERAL E GARGALOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM EVENTO NO IPHAN

Coordenador de Geologia e Mineração do Instituto, Edmilson Costa, foi um dos palestrantes do evento "O IPHAN no Licenciamento Ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas"

O setor mineral é estratégico para a balança comercial brasileira. No entanto, ainda enfrenta uma série de entraves relacionados ao licenciamento ambiental e à licença social para operar. Nesse contexto, o coordenador de Geologia e Mineração do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Edmilson Costa, foi um dos palestrantes do seminário "O IPHAN no Licenciamento Ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas".

O evento foi realizado nos dias 22 e 23 de outubro de 2018, no auditório da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília (DF). A organização ficou a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) <http://portal.iphan.gov.br> pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) <https://cbic.org.br>, por meio da Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CMA), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) <http://www.portaldaindustria.com.br/senai>.

Mineração em destaque

Edmilson Costa participou do painel de encerramento do seminário, intitulado “Critérios para a atuação do IPHAN em empreendimentos de mineração”. O objetivo principal foi discutir o processo de consulta ao IPHAN pelos órgãos ambientais e os critérios de atuação nos processos de Licenciamento Ambiental.

Em sua apresentação, Edmilson explicou a atuação do IBRAM aos participantes e mostrou a importância do setor mineral para o desenvolvimento do Brasil. “Apesar de o setor ocupar apenas 0,5% do território nacional, geramos mais de 180 mil empregos diretos e contribuímos com 30% do saldo da balança comercial brasileira. Além disso, nosso fator multiplicador de geração de empregos é de um para 13, um dos maiores de toda a cadeia produtiva brasileira”, afirma.

O coordenador explicou ainda que os investimentos estão em queda e que muitos fatores, como a oscilação do preço internacional do minério de ferro e a falta de mapeamento do território brasileiro em escala adequada, pioram esse quadro. “Além disso, o processo de licenciamento ambiental no Brasil dura no mínimo sete anos – e não temos um prazo final. Já vimos projetos levarem até 20 anos para conseguirem a licença. Essa imprevisibilidade causa uma grande insegurança jurídica e afasta os investimentos”, conta.

Edmilson frisou ainda a importância de se direcionar investimentos à exploração dos chamados “minerais do futuro”. “A demanda está cada dia maior, especialmente para a produção de baterias de lítio, cobre e níquel – fundamentais para o crescente mercado de carros elétricos, por exemplo. O Brasil tem grande potencial para a produção de uma gama de minerais que são essenciais para continuarmos caminhando para o futuro”, finaliza.

O IPHAN no Licenciamento Ambiental: diálogos e perspectivas jurídicas

Fonte: Portal da Mineração

Data: 25/10/2018

FOLHA DE S.PAULO

GARIMPOS DE OURO NO PARÁ DESPEJAM UMA SAMARCO A CADA 11 ANOS, DIZ PF

Operação contra comércio ilegal faz mandado de busca e apreensão em empresa de candidato do PSDB

Os garimpos ilegais despejam no rio Tapajós o equivalente a um acidente da Samarco a cada 11 anos, aponta laudo da Polícia Federal. Nesta quarta-feira (26), foi deflagrada uma operação contra o comércio ilegal de ouro no Pará e em São Paulo.

De acordo com a PF, são lançados por ano 7 milhões de toneladas de sedimento no rio Tapajós, um dos maiores da Amazônia. No acidente de Mariana (MG), em 2015, o rio Doce recebeu 84 milhões de toneladas de rejeito.

O cálculo foi feito a partir da coleta de sedimentos na foz de afluentes do Tapajós na região de Itaituba, sudoeste do Pará. É a maior área de garimpo ilegal de ouro do país. Entre os rios mais devastados estão o Rato, o Crepori e o Jamaxim.

"Além do assoreamento dos rios, com consequente prejuízo para fauna, flora e também para a navegação, há o prejuízo ao turismo e balneabilidade das praias, que perdem o atrativo da água translúcida, e o carreamento de poluentes, como mercúrio e cianeto, detectados em quase todos os afluentes que sofrem com a mineração", afirma o perito da PF Gustavo Geiser, responsável pelo relatório.

O volume é tão grande que altera a cor do Tapajós por centenas de quilômetros. Ainda que de forma mínima, esses sedimentos chegam até a região turística de Alter do Chão, na foz do Tapajós, aponta o laudo da PF.

Área tradicional de garimpo, a bacia do Tapajós vive um novo boom nos últimos anos, após a introdução das PCs (escavadeiras), equipamentos que custam em torno de R\$ 600 mil e provocam um destruição várias vezes maior do que os métodos mais antigos.

Para combater a lavagem de ouro clandestina no Tapajós, a PF e o Ministério Público Federal (MPF) realizaram a Operação Levigação, que resultou no bloqueio judicial de R\$ 187 milhões de bens dos investigados.

Um deles é o empresário Dirceu Frederico Sobrinho, proprietário da D'Gold e candidato a primeiro suplente de senador na chapa de Flexa Ribeiro, que concorre à reeleição. Ambos são filiados ao PSDB.

Nesta quarta, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão nos escritórios da D'Gold em Itaituba e em São Paulo. Ao todo, foram oito mandados contra três empresas. O delegado Gecivaldo Vasconcelos preside o inquérito.

Os crimes investigados são usurpação de bens da União, funcionamento ilegal de instituição financeira e lavagem de ativos. Somadas, as penas podem chegar a 19 anos de prisão.

"O ouro retirado ilegalmente é comprado pelas empresas usando declarações falsas e emissão de notas fiscais para dar aparência de que o ouro tem origem legal", afirma Ricardo Rodrigues, chefe da delegacia da PF em Santarém.

Na avaliação da PF, a bacia do Tapajós sofre um cenário de descontrole, com mais de 90% dos garimpos agindo na ilegalidade e produzindo a custo baixo, pois não seguem legislação ambiental. Essa produção é vendida sem deságio a compradores autorizados, que não se preocupam com a origem ilícita.

Procurada pela reportagem, a D'Gold negou, via assessoria de imprensa, qualquer irregularidade. Afirmou também que Sobrinho é o presidente da Anoro (Associação Nacional do Ouro), por meio da qual combate o contrabando do metal.

O nome da operação é uma referência a um processo usado para separar o ouro de outras partículas com o uso da água, que faz uma espécie de lavagem do mineral.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Autor: Fabiano Maisonnave

Data: 27/09/2018





IV Simpósio Brasileiro de Metalogenia
GRAMADO 2019

IV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE METALOGENIA

**INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS:
 IMPACTOS NA DESCOBERTA E NO ENTENDIMENTO
 DE DEPÓSITOS MINERAIS**

**07 A 10 DE ABRIL GRAMADO - RS
 Hotel Master Premium**

Venha para Gramado!

- DEBATES E APRESENTAÇÃO DE NOVIDADES DO SETOR;
- INTEGRAÇÃO DE GEÓLOGOS DE EMPRESAS E PESQUISADORES ACADÊMICOS;
- DISCUSSÃO DE MODELOS METALOGENÉTICOS PARA O BRASIL;
- PALESTRANTES DE RENOME NACIONAIS E ESTRANGEIROS;
- EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS.

Confira temas, palestras, programação
 datas limites e mais. Visite nosso website !!!

www.ufrgs.br/sbm

Aproveite esta oportunidade !!!

Organização e Promoção:







Secretaria Executiva:
 Specialità Eventos www.specialitaeventos.com.br



www.ufrgs.br/sbm



36th International Geological Congress

2-8 March, 2020, Delhi, India

www.36igc.org